



Ata da sessão extraordinária de Assembleia Municipal realizada a 28 de dezembro de 2021

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária, por videoconferência, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2022 -----
- 2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2022 -----
- 3º. Ponto – Proposta de IMI e IMT 2022 -----
- 4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2022 -----
- 5º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2022 ---
- 6º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2022 -----
- 7º. Ponto - Proposta de Abertura de Procedimento “Fornecimento de energia elétrica a Instalações Municipais ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública. I.P) – CPV: 09310000 – 5 Eletricidade”---
- 8º. Ponto - Proposta de 2ª. Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2021 --
- 9º. Ponto - Proposta de Adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras ----
- 10º. Ponto – Proposta de isenção de taxas (2022) no âmbito da Pandemia da doença Covid-19 -----
- 11º. Ponto - Protocolo Local 2021 – Proposta de Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras no âmbito do Mor Natal – Sorteio de Natal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Ana Cristina dos Santos Silva, António Joaquim da Silva Danado, António José Marques Monteiro, Carla Sofia Fadista Godinho Pereira, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Grilo Cebola Martins, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Helder Manuel Caetano Linguíça, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Alexandre Cardoso Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sara Isabela da Silva Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Vasco Manuel Braga Picaró, registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão e os Senhores Vereadores Henrique Lopes, António Xavier, António Pinetra, António Romeiras e a Senhora Vereadora Paula Bilro. Não participou nesta sessão a Senhora Vereadora Sílvia Santos por motivos de doença. -----

Por se tratar de uma sessão extraordinária a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2022 -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual saudou todos os eleitos desejando que se encontrem todos bem e que tenham aproveitado da melhor maneira o Natal em família. Deixou também um agradecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal pelo seu empenho possibilitando assim a realização e transmissão da sessão. -----

Agradeceu ainda a presença, nesta sessão, das funcionárias do Serviço de Contabilidade, Susana Curto e Elisabete Frade para o esclarecimento técnico de algumas dúvidas que possam surgir. -----

Referiu de seguida que este orçamento foi elaborado em tempo recorde e que foi feito um grande esforço por parte do executivo e dos serviços para ter o documento pronto até ao final do ano, porque uma gestão em duodécimos seria bastante complicada em termos administrativos e em termos de ação do novo executivo. -----

Manifestou um agradecimento a todos os serviços por todas as inúmeras reuniões de trabalho para a concretização do documento que hoje aqui é apresentado e que a semana passada foi apresentado em reunião da Câmara Municipal. Considera que se trata de um orçamento de continuidade, mas também de renovação e que tem em conta as propostas sufragadas nas eleições do dia vinte e seis de setembro. Trata-se ainda de um orçamento realista, cauteloso e rigoroso, procurando acima de tudo o rigor financeiro responsável. -----

Relativamente à proposta de derrama que se apresenta no primeiro ponto da ordem de trabalhos, referiu que este executivo decidiu lançar uma descida gradual da derrama de IRC para uma taxa de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o IRC, mantendo-se a taxa reduzida de 0,5% para os sujeitos passivos que não ultrapassem no ano anterior um volume de negócios de 150.000,00€. Salientou que esta descida é um sinal de apoio à iniciativa privada, possibilitando às empresas uma poupança de cerca de noventa mil euros em dois mil e vinte e dois. Esta poupança poderá depois ser investida em equipamentos, em pessoal ou outros. O valor da derrama recebida, em 2021 foi aproximadamente de duzentos e setenta e cinco mil euros. -----

Pedi a palavra a eleita Senhora Ana Silva referindo que analisando o distrito de Évora verificamos que existem municípios que utilizam as mais variadas taxas. Referiu-se ao município de Vendas Novas, o qual utiliza a taxa geral de 1,5%. Acrescentou ainda que a derrama é aplicada apenas às empresas que têm lucro. -----

Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao valor total da derrama referido, qual foi o valor respeitante à taxa reduzida e à taxa geral. ---

Ainda no uso da palavra perguntou porque se propõe a redução da taxa geral e se mantém a taxa reduzida e qual foi o critério adotado para a decisão de aplicar a taxa de 1%. -----

De seguida interveio o eleito Senhor Joel Pedreirinho dizendo relativamente à proposta em discussão, que o sentido de voto dos eleitos pelo PSD será favorável. Referiu também que o Alentejo necessita de políticas de incentivo ao desenvolvimento económico promovendo ainda o desenvolvimento do tecido empresarial e consequentemente a fixação de população. Considera que a derrama é um importante instrumento que a Câmara Municipal poderá utilizar para a captação de investimento. Na sua opinião, a derrama deveria ser zero, mas percebem a decisão do atual executivo e concordam que esta descida seja feita gradualmente. O voto favorável é também um voto de confiança neste executivo. -----

Sobre a mesma proposta, usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para dizer que como eleito da oposição tem de chamar a atenção para as afirmações dos eleitos do PS na sessão da Assembleia Municipal que decorreu em dezoito de dezembro de dois mil e vinte sobre a derrama. Tem dúvidas se esta proposta irá beneficiar os pequenos empresários. -----

Pediu para intervir o eleito Senhor Luis Machado dizendo que o CDS-PP sempre defendeu que os impostos deveriam mais baixos. Referiu ainda que a proposta revela que o executivo está a fazer um esforço no sentido de apoiar as empresas existentes no concelho. Os eleitos pelo CDS-PP votarão a favor da proposta e esperam que este esforço se mantenha ao longo dos próximos anos de forma a ser atingido o valor nulo.

De seguida usou da palavra o eleito Senhor Nuno Rato afirmando que o executivo CDU também prometeu ajudar os comerciantes e nada fez. Pelo contrário, o que se verificou foi o encerramento de alguns estabelecimentos comerciais. -----

Em resposta à eleita Senhora Ana Silva, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não existe qualquer diferenciação em termos de valores entre as duas taxas de derrama, apenas se conhece o montante total, o qual rondará no final do ano de dois mil e vinte e um, cerca de duzentos e setenta e cinco mil euros. Disse também que esta poupança se refere essencialmente aos empresários que pagam a taxa geral. -

Em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a derrama incide sobre os empresários que faturaram no ano anterior valores superiores a cento e cinquenta mil euros. Um orçamento é apenas um cálculo projetado. Referiu depois que recebeu, por parte da CDU, um conjunto de propostas para integrarem esta proposta de orçamento, as quais apenas deram argumentos ao atual executivo para não baixar estas taxas. Duas dessas propostas são para intervenções em instalações municipais que por certo envolvem grandes investimentos, uma vez que não tiveram qualquer intervenção desde os anos oitenta e que hoje em dia não têm as mínimas condições de trabalho. Considera que seria uma grande irresponsabilidade baixar esta receita a zero de uma maneira drástica. -----

Voltou a usar da palavra o eleito Senhor António Danado para dizer que os eleitos pela CDU não estão contra esta taxa de derrama, porque sempre a defenderam. É responsável que se mantenha, até porque é necessária para as finanças da autarquia. -

Voltou a usar da palavra o eleito Senhor Luis Machado dizendo que considera que devemos procurar que as empresas instaladas no concelho paguem menos impostos.

Questionou sobre a justificação para o anterior executivo manter sempre a taxa máxima. -----

Retomou o uso da palavra a eleita Senhora Ana Silva para responder à questão colocada pelo eleito Senhor Luis Machado e esclarecendo que esta decisão tinha a ver com o facto desta receita ser necessária para o orçamento municipal. -----

Retomou o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que a vida de um empresário tem de ser compensada e quanto mais lucro tiver, maior será o seu crescimento e o seu poder para contratar mais funcionários. Quem gera a riqueza são as empresas e não terá de ser a Câmara Municipal a suportar economicamente o concelho. Acrescentou ainda que o valor da derrama nunca fez falta aos anteriores orçamentos municipais. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo CDS-PP(3) e pelo PSD(2) e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

Pediu a palavra o eleito Senhor Márcio Veríssimo para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo sobre a proposta de Derrama sobre o IRC para 2022: -----*

*- Considerando que de acordo com a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal pode lançar anualmente uma derrama para financiamento de investimentos municipais com características socioeconómicas e que o valor a receber, independentemente da taxa a deliberar, está sujeito a variações anuais, conforme a tendência da IRC; -----*

*- Considerando que no atual modelo de financiamento das autarquias locais e tendo presente a sua estrutura de angariação de receitas próprias, é imprescindível continuar a dispor de meios financeiros que permitam à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, aplicar uma estratégia de desenvolvimento progresso para o concelho, intervir e dar resposta às necessidades das populações; -----*

*- Considerando que sendo evidente a limitação das finanças públicas e em particular dos impostos diretos e indiretos verificada na estrutura do Orçamento da Receita, bem como a necessidades de continuar a assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao seu financiamento; -----*

*- Considerando que a proposta apresentada não corresponde à totalidade dos princípios e objetivos atrás definidos, os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal, votam pela abstenção, em relação à proposta apresentada. -----  
Montemor-o-Novo, 28 de dezembro 2021” -----*

2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2022 -----

Relativamente a este ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que mantendo uma postura responsável a proposta apresentada é de uma descida de 1% na participação do Município no IRS para 2022, passando a ser de 4%. Esta redução vem beneficiar a classe média que é o motor da economia. O executivo irá ponderar descer mais esta participação no próximo ano, mediante o peso da descentralização de competências na autarquia. -----

*Amme*

Pedi para usar da palavra o eleito Senhor Guilherme Franco lembrando que o IRS é um imposto que varia consoante os rendimentos auferidos ou seja quem mais receba é quem mais vai pagar. Considera que a Câmara Municipal poderia prescindir destes 4% para apoiar as famílias mais desfavorecidas. Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual o valor resultante desta redução e como vai ser gerida. -- De seguida o eleito Senhor Joel Pedreirinho salientou que os eleitos pelo PSD irão votar favoravelmente a proposta e vão dar um voto de confiança ao executivo. ----- Irão trabalhar em conjunto com este executivo, por forma a que esta redução se mantenha para aliviar as famílias montemorenses. Apesar de ser uma pequena descida, já é uma ajuda. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado interveio afirmando que a política de redistribuição da riqueza cabe ao Estado Central ou seja os valores recolhidos através dos impostos a quem mais recebe serve para entregar a quem mais necessita. Disse também que tendo em conta as várias competências que vão cair em cima do Município, irão aparecer questões muito complexas para o município resolver. Esta proposta de redução não vai beneficiar quem mais precisa e também não vai beneficiar a classe média. É prematuro avançar com esta descida. -----

Pedi a palavra o eleito Senhor Luis Machado para dizer que o eleito Guilherme Franco não leu o Programa Eleitoral da Coligação Juntos para Fazer Diferente, porque tem uma proposta sobre esta matéria. Considera que esta descida é positiva, no entanto gostaria que fosse mais significativa. Votarão a favor. -----

Sobre a proposta apresentada, o eleito Senhor João Veiga salientou que assistiu à reunião da Câmara Municipal e que não entende a posição dos eleitos da CDU ao votarem contra porque dizem defender os trabalhadores e o que se está a votar é um imposto sobre quem trabalha. -----

Referiu ainda que comparativamente a um munícipe que resida em Lisboa percebe-se que em Montemor os munícipes pagam mais imposto. Na sua opinião esta descida da taxa proporciona um desagramento de impostos e por isso está a ser aliviada a classe média que funciona como a grande alavanca da economia. -----

Usou da palavra a eleita Senhora Fátima Breia afirmando que se espera um bom ano. Considera que esta descida merece uma reflexão. A classe média não tem sido bem tratada pelos executivos CDU, porque é sempre apelidada de "ricos". Era afirmado pelo anterior executivo que estes valores integravam o Programa Mor Solidário, no entanto verificou-se que apenas eram beneficiados cerca de quarenta e nove agregados. Agradeceu ao executivo pela descida de impostos e disse que é a classe média que deixa o dinheiro no comércio local. -----

Retomou o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando em resposta ao eleito Guilherme Franco que quem recebe mais é quem investe mais na economia local. Acrescentou que a Câmara está disponível para ajudar quem mais precisa e que o Programa Mor Solidário irá por certo ajudar muitas mais famílias. O executivo verificou que a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e um eram abrangidos pelo Programa Mor Solidário cerca de quarenta e nove agregados familiares, foi um péssimo serviço prestado à população. -----

No próximo o ano o executivo irá analisar os valores da execução e a partir daí tomará as suas decisões para o próximo orçamento. -----

Disse também concordar com a afirmação do eleito João Veiga quando mostra estranheza perante o voto contra esta proposta, por parte dos eleitos pela CDU. Este é um momento histórico porque se conseguiu baixar um imposto sobre o rendimento do trabalho. Ao contrário do que foi afirmado pelo eleito António Danado este é o momento certo para fazer esta redução, porque é feita com responsabilidade. ----- Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo CDS-PP(3) e pelo PSD(2) e doze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Guilherme Franco para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Declaração de voto dos eleitos da CDU sobre a proposta de participação do Município no IRS -----*

*“Considerando que: -----*

- a) O IRS é um imposto único sobre os rendimentos dos agregados familiares, de taxa progressiva e que, apesar das distorções introduzidas quer pelo aumento da carga fiscal a que estão sujeitos os rendimentos do trabalho, quer pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, é suscetível de poder traduzir princípios de solidariedade e de carga fiscal. -----*
- b) O desagravamento da carga fiscal não deve ser feito, de forma desigual, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município ou da vontade política dos seus órgãos; -----*
- c) O desagravamento não deve ser feito à custa dos municípios, pela redução ainda que voluntária, da redução da participação nos recursos públicos, a que constitucionalmente têm direito; -----*
- d) O benefício fiscal que resulta do facto da proposta de redução da participação do Município no IRS para 2022, de 5% para 4% é: socialmente injusto por reduzir a carga fiscal às famílias de maiores rendimentos; de montante insignificante para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos e nulo ou quase nulo para a generalidade da população; significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização de investimento público e conseqüentemente degradar a resposta à população; -----*
- e) A preocupação com a redução da carga fiscal dos montemorenses deve fazer-se com reduções fiscais em áreas de tradicional intervenção autárquica bem como o reforço de apoios às famílias no âmbito do Programa Mor Solidário. -----*
- f) Face ao acima exposto, os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal votam contra a proposta apresentada. -----*

*Montemor-o-Novo, 28 de dezembro de 2021” -----*

**3º. Ponto – Proposta de IMI e IMT 2022 -----**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier o qual afirmou que relativamente à taxa de IMI, este executivo pretende manter a taxa no mínimo possível e explicou sucintamente cada uma das alíneas que integram a proposta. Acrescentou ainda que para que todas as majorações e minorações possam ser aplicadas serão estabelecidos, a partir do início do ano,

contactos com todas as Juntas de Freguesia por forma a identificar todas as pessoas que necessitam de ajuda, através do Mor Solidário. -----

Será apresentado brevemente em Assembleia Municipal para deliberação o Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para aplicação destas taxas de IMI. Referiu ainda que será revisto o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização. -

Pedi para usar da palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino dizendo que a Assembleia Municipal reúne para discutir as propostas da Câmara Municipal ou propostas próprias apresentadas pela Mesa da Assembleia Municipal. Relativamente a esta proposta e de acordo com a Lei de Finanças Locais podem ser receitas da Câmara Municipal quer o produto da cobrança do IMI, quer o produto da cobrança do IMT. No entanto, não acha correto que tenham sido misturadas na mesma proposta, até porque têm enquadramentos legais distintos e incidem sobre sujeitos diferentes. -----

Interveio de seguida a eleita Senhora Fátima Breia para dizer que ficou muito satisfeita com estas medidas que visam melhorar as condições de habitação em Montemor e apoiar as famílias com maiores dificuldades. -----

O eleito Senhor Joel Pedreirinho salientou que cada vez é mais difícil encontrar habitação na cidade e mesmo no concelho. É uma matéria que tem muito impacto nos jovens que acabam por se fixar fora do concelho. É necessário revitalizar a cidade e as freguesias. Fez ainda referência que no Programa Eleitoral da Coligação Juntos para Fazer Diferente uma das principais propostas era a reabilitação do Centro Histórico e das freguesias com a apresentação de treze medidas distintas. A bancada dos eleitos pelo PSD irá votar favoravelmente a proposta porque consideram que estas medidas irão fomentar o desenvolvimento da habitação no concelho, promover a oferta de habitação no Centro Histórico e reduzir a especulação imobiliária. -----

Pedi para intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para declarar que não poderá participar na discussão e votação, por impedimento legal, uma vez que é proprietário de uma habitação no Centro Histórico. -----

Voltou a usar da palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino para dizer que o valor da taxa geral que se propõe é idêntico ao que já vinha sendo aplicado nos anos anteriores. Ainda no uso da palavra disse que o atual executivo tem demonstrado muita preocupação relativamente ao Programa Mor Solidário, no entanto verifica-se que o valor correspondente na proposta de orçamento é mais reduzido para dois mil e vinte e dois do que era no ano anterior. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual afirmou que a apresentação da proposta com as duas taxas em conjunto foi uma opção deste executivo à semelhança de outros concelhos no país. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo CDS-PP(3) e pelo PSD(2) e onze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

Pedi a palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Declaração de voto dos eleitos da CDU sobre a proposta de IMI e IMT para 2022 -----*

*Considerando que: -----*

*Amme*

a) A proposta tem enquadramento nas alíneas a) e b) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, na sua redação atual, juntando IMI E IMT na mesma deliberação e ainda propostas com enquadramento no Estatuto dos Benefícios Fiscais, o qua consideramos incorreto; -----

b) A alínea l) é apresentada com enquadramento no nº2 do artigo 16º da Lei nº.73/2013, na sua redação atual. Contudo, não há regulamento aprovado que suporte essa decisão. Ou seja, sem a aprovação deste regulamento, não é possível atribuir isenções totais ou parciais, para além das expressamente indicadas na lei.--

Face ao acima exposto e porque a proposta apresentada não cumpre os requisitos legais para aplicação, os leitos da CDU na Assembleia Municipal votam contra a proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 28 de dezembro de 2021” -----

4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2022 -----

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que se trata uma proposta idêntica ao ano anterior, de 0,25%. -----

Sobre o documento o eleito Senhor Luis Machado disse que os eleitos pelo CDS-PP irão votar favoravelmente a proposta apresentada. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2022 ---

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é um orçamento de continuidade do que vem do passado, mas é simultaneamente o início de virar de página na Câmara Municipal e vai de encontro às propostas do Partido Socialista para o concelho, que foram sufragadas nas eleições autárquicas. Na sua opinião é um orçamento realista e cauteloso e revela a receita real e não empolada. Este executivo tem como principal preocupação que a despesa tenha um rigor financeiro responsável a todo o momento. Referiu que cerca de 70% desse orçamento é ainda proveniente da gestão do anterior executivo. Realçou de seguida os eixos programáticos que integram a proposta: Eixo 1 – Democracia Participativa (Investimento na digitalização dos serviços municipais, criação de orçamentos participativos); Eixo 2 – Desenvolvimento económico e emprego (revitalização da ZIA, investimento em infraestruturas e equipamentos); Eixo 3 – Habitação e Reabilitação do Centro Histórico (promoção da habitação no Centro Histórico, Portal da Habitação de Montemor-o-Novo); Eixo 4 – Cultura, Educação e Ação Social (Transferência de competências, criação do Conselho de Cultura e Arte, requalificação do Cine Teatro Curvo Semedo, Criação da CPCJ); Eixo 5 – Turismo e Património Cultural (reabilitação e valorização no Património Histórico, dignificação da Identidade Cultural, desenvolvimento do Turismo ); Eixo 6 – Desenvolvimento Urbanístico, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida (implementação de medidas para retirar o trânsito de viaturas pesadas de mercadorias do centro da cidade, criação de um serviço de transporte urbano, despoluição do Rio Almansur); Eixo 7 – Abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais e resíduos (construção da ETAR's de Santiago do Escoural e Ciborro, parcerias com a GESAMB); Eixo 8 – Desporto

(desenvolvimento de projetos de Academia nos diversos Clubes, melhoria de infraestruturas municipais, criação do Conselho Municipal do Desporto); Eixo 9 – Juventude (criação do Conselho Municipal da Juventude, criação do Programa de Empreendedorismo Jovem, Orçamento Participativo Jovem) e Eixo 10 - Garantia da Proteção Civil e Segurança (Gestão do Centro de Alojamento do Município, realização de ações de sensibilização junto da comunidade sobre medidas preventivas, reforço do Serviço Municipal de Proteção Civil). -----

Deixou mais um agradecimento a todos os serviços da Câmara Municipal pelas inúmeras reuniões realizadas para que fosse possível elaborar esta proposta. -----

A eleita Senhora Hortênsia Menino pediu a palavra dizendo que reconhece que esta proposta foi elaborada num período de tempo bastante curto, pelo que deixou também um agradecimento aos serviços pelo seu empenho e colaboração na sua elaboração. Os eleitos pela CDU consideram que se trata de um documento estratégico importante. Sobre a proposta em concreto, afirmou que se trata de um conjunto de documentos vagos, sem uma estratégia, não conseguindo evidenciar as suas prioridades. Questionou o executivo sobre quais as ações ou projetos em concreto para o Eixo 2. Referiu ainda que em análise ao Eixo 3 não encontrou qualquer referência à Candidatura ao 1º Direito, nem à Estratégia de Habitação Local. Salientou também que o Senhor Presidente da Câmara Municipal realçou a requalificação do Cine Teatro Curvo Semedo, mas a rubrica referente aos grandes investimentos apenas tem inscrita cerca de mil euros. No que respeita ao eixo 4 questionou o executivo sobre quais os investimentos programados para área social. Ainda no uso da palavra referiu que, no âmbito do Programa Mor Solidário, no final do anterior mandato foi finalizado o Regulamento que engloba mais medidas de apoio. De seguida salientou também que não conseguiu identificar no documento que ações estão relacionadas com o objetivo de iniciar a despoluição do Rio Almansor e qual a verba prevista para as mesmas. -----

Interveio seguidamente o eleito Senhor Luis Machado dizendo que nas Grandes Opções do Plano hoje aqui explanadas constam várias propostas do CDS-PP, como o Orçamento Participativo e a modernização dos serviços municipais. Referiu ainda grande satisfação pela aposta no investimento na Zona Industrial da Adua. Acrescentou ainda que estas mesmas propostas nunca foram consideradas pelos vários executivos da CDU. Por todas estas razões os eleitos pelo CDS-PP irão votar a favor. Terminou a sua intervenção salientando que se trata de um orçamento feito com rigor. -----

Pedi para intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado lamentando o facto do novo executivo não ter reunido com as freguesias para a preparação destas GOP`s. Questionou também o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da obra de ampliação da Escola Primária de Silveiras. Sobre a reposição das freguesias o eleito salientou que não concorda com a designação de algumas freguesias urbanas que têm uma grande área rural. Ainda no uso da palavra manifestou a sua preocupação sobre a transferências de competências para as freguesias e quais os valores envolvidos. -----

Pedi a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes para questionar sobre o ponto de

situação da intervenção na Escola Básica de Cortiçadas de Lavre, assim como das obras previstas para a envolvente do Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre. -----

Sobre as Grandes Opções do Plano, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins referiu que nos últimos anos, apenas tem sido solicitado o preenchimento de um documento e a sua devolução à Câmara Municipal, sem haver qualquer reunião. De seguida manifestou o seu descontentamento, tal como de todos os Cabrelenses relativamente à intervenção na estrada Cabrela-Landeira que tinha sido referenciada, pelo anterior executivo CDU, como prioritária e que passados oito anos ainda não existe qualquer projeto. -----

Sobre o documento em discussão, o eleito Senhor Joel Pedreirinho disse concordar com a intervenção do eleito Luis Machado porque também os eleitos pelo PSD estão muito satisfeitos pela apresentação no documento de algumas medidas relevantes que integravam o seu Programa Eleitoral. O executivo da CDU durante muitos anos nunca aceitou qualquer proposta por parte da oposição. Referiu que o documento não faz qualquer referência ao Gabinete de Psicologia, apesar de ter sido aprovada a recomendação na última sessão da Assembleia Municipal. Na sua opinião este orçamento foi elaborado em tempo record e votarão favoravelmente. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, Helder Linguíça salientou que o Eixo 7 faz referência à reparação do depósito de abastecimento de Foros de Vale de Figueira, no valor de quarenta e cinco mil euros. Questionou o executivo sobre que intervenção está programada. -----

Usou da palavra o eleito Senhor João Veiga dizendo que considera ter havido uma mudança de paradigma, para melhor. Referiu-se depois à declaração de voto apresentada, em reunião de Câmara, pelos eleitos da CDU relativamente à proposta de orçamento. Salientou que uma das questões elencadas são as instalações municipais, considerando o eleito que perante o estado atual das instalações parece ter havido por parte dos anteriores executivos um grande desinvestimento. -----

A eleita Senhora Fátima Breia também solicitou o uso da palavra referindo que este orçamento traz ideias novas: o investimento na ZIA, o Orçamento Participativo, a criação da CPCJ, o transporte coletivo urbano na cidade, etc. Espera ficar ainda mais orgulhosa com o próximo orçamento, o qual poderá ser preparado com um maior espaço de tempo. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, José Geraldo para dizer que a Junta de Freguesia, conforme solicitação da Câmara Municipal, apresentou cerca de dezoito propostas para este orçamento, sendo que algumas fazem parte da proposta. As freguesias rurais têm sido esquecidas nestes últimos quarenta anos, pelos executivos CDU. Questionou depois o executivo sobre o ponto de situação da intervenção na Etar de Santiago do Escoural, assim como das obras do futuro Pavilhão Multiusos em Santiago do Escoural, que tiveram início há cerca de seis anos, para também conseguir dar informação aos seus fregueses. -----

Retomou o uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para questionar os eleitos se tinham alguma objeção à continuação dos trabalhos, por serem zero horas do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um. Todos os eleitos concordaram. -----

A eleita Senhora Hortênsia Menino solicitou a palavra referindo que esta a decorrer a discussão do orçamento municipal e não as declarações de voto apresentadas pelos

eleitos da CDU. Considera que as obras nunca estão todas feitas como se pretendia e que esta proposta de orçamento também apresenta uma redução de valores nas intervenções em instalações municipais. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal transmitindo que este orçamento será feito de outra forma, uma vez que nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte o grau de execução foi de apenas 85%. Declarou que este não foi claramente o orçamento que gostou de fazer, porque tem cerca de 70% ainda de gestão CDU. Discorda das afirmações da eleita Hortênsia Menino quando disse que os documentos são vagos. -----

Quanto ao Programa Mor Solidário esta proposta de orçamento não apresenta qualquer redução dos valores, tem a verba que foi possível cabimentar, o mesmo acontece para as intervenções nas instalações municipais. Acrescentou ainda que quem fez cortes durante muitos anos nas intervenções em instalações municipais foram os executivos CDU, porque hoje se encontram sem as mínimas condições de trabalho. -----

Afirmou também que existem verbas na Reabilitação Urbana previstas para a candidatura ao 1º Direito, mas apenas as possíveis para agora. -----

Disse ainda que a intervenção no Cine Teatro Curvo Semedo poderá ainda envolver candidaturas, Fundos Comunitários ou até um concurso internacional e essa intervenção poderá iniciar-se ainda em dois mil e vinte e dois. Por certo a verba não será suficiente, mas logo que o processo esteja em desenvolvimento será feita a respetiva revisão orçamental. -----

Em resposta ao eleito António Danado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as freguesias não foram esquecidas, porque os acordos existentes continuam em vigor e o período para a realização de novos acordos pode ir até seis meses, após a tomada de posse. Ainda assim a Câmara Municipal está disponível para todos os acordos que se verifiquem que sejam necessários. Este executivo irá tratar todas as freguesias da mesma forma independentemente da cor política que estiver à frente dessa freguesia. Durante o mandato haverá por certo tempo para reunir com todas as freguesias. -----

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira esclareceu que a verba mencionada para a intervenção no depósito de Foros de Vale de Figueira também é insuficiente pelas razões já mencionadas anteriormente. -----

Quanto às intervenções nas Etar's de Santiago do Escoural e Ciborro terá de ser reforçada a pressão junto das Águas Públicas do Alentejo para que as intervenções tenham início logo que possível. Ainda no uso da palavra informou que vai ser feito na ZIA o maior investimento de sempre, porque esta foi deixada estrangulada. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS ---- (11); pelo CDS-PP(3) e pelo PSD(2) e doze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

Pedi para intervir a eleita Senhora Hortênsia Menino para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*"Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo Considerando que: -----*

- a) Não existe qualquer tipo de estratégia assumida no documento de enquadramento das Grandes Opções do Plano para 2022 e nas dotações das rubricas apresentadas nos documentos previsionais; -----
  - b) Não sendo perceptível qual o programa eleitoral a ser aplicado – do Partido Socialista ou do CDS/PSD – nem indicação clara de prioridades; -----
  - c) Existe um forte desinvestimento em vários eixos estratégicos, nomeadamente nas instalações municipais, rede viária municipais, abastecimento de água e tratamento de águas residuais, equipamentos desportivos, culturais e recreativos; -----
  - d) Das propostas apresentadas pelos eleitos da CDU, muitas não são consideradas ou são apresentadas com valores insuficientes para o seu lançamento; -----
- Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, mantendo a coerência relativamente aos documentos apresentados, votam contra a proposta apresentada. -----  
 Montemor-o-Novo, 28 de dezembro 2021” -----

6º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2022 -----

Quanto a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que foi o Mapa de Pessoal possível, todos os serviços municipais foram ouvidos e todas as necessidades foram tidas em conta, mantendo-se o mesmo número de funcionários comparativamente ao anterior. -----

Pediu a palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino afirmando que o Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão e está associado ao orçamento municipal. Analisando o documento verificou uma redução de lugares da carreira de assistente operacional e somando a isso o desinvestimento nas instalações municipais pode-se traduzir num pior serviço público à população e a possibilidade de privatização de alguns serviços. --- Usou da palavra o eleito Senhor Joel Pedreirinho dizendo que após análise do documento consideram que o mesmo acompanha a tendência geral da oferta e da procura quanto ao emprego público onde se verifica uma grande carência em profissões como calceteiro, pedreiro, canalizador e ainda mais no setor público. As razões podem estar relacionadas com a falta de mão de obra, mas também aos baixos salários e às dificuldades na ascensão da carreira. Uma vez que os concursos têm ficado desertos a tendência será para recorrer à sub-contratação. Concordam com o documento pelo que votarão a favor. -----

Retomou o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal e em resposta à eleita Hortênsia Menino reafirmou que foram ouvidos todos os serviços, os quais solicitaram o reforço de alguns quadros e que a redução de lugares está relacionada com os concursos que ficaram desertos. -----

Interveio ainda o eleito Senhor Luis Machado afirmando que os munícipes decidiram por outro projeto e por outra forma de gerir o município, pelo que é compreensível que a eleita Hortênsia Menino não concorde com os documentos apresentados. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo CDS-PP(3) e pelo PSD(2) e doze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

Pedi para usar da palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino para apresentar, em nome da bancada da CDU, uma declaração de voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo Considerando que: -----*

- a) O mapa de pessoal, é um instrumento de gestão com relação direta e legal com o orçamento e da responsabilidade de quem gere em maioria; -----*
- b) Que existe uma redução de lugares da carreira de assistente operacional, que a somar ao desinvestimento nas instalações municipais para os serviços, vão ter como consequência um pior serviço público à população e abrem a porta a contratações externas e privatizações de serviços; -----*
- c) Nos lugares a criar, há uma predominância das áreas e pelouros atribuídos ao CDS-PP; -----*

*Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal votam contra a proposta apresentada. -----  
Montemor-o-Novo, 28 de dezembro de 2021” -----*

7º. Ponto - Proposta de Abertura de Procedimento “Fornecimento de energia elétrica a Instalações Municipais ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública. I.P) – CPV: 09310000 – 5 Eletricidade”--- No que respeita a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata da abertura de um procedimento para fornecimento contínuo de energia elétrica a instalações municipais alimentadas em baixa tensão normal incluindo iluminação pública em baixa tensão especial e média tensão. -----

Pedi a palavra o eleito António Danado para referir que o valor total do procedimento no final dos três anos poderá exceder os cinco milhões de euros e por essa razão tem dúvidas se o concurso poderá ser integrado no âmbito da ESPAP. -----

Retomou o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo que o valor referido no documento, de 1.959.834,30€ diz respeito ao montante total no final dos quatro anos, e não de valores anuais. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

8º. Ponto - Proposta de 2ª. Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2021 -- Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que esta revisão orçamental está relacionada com a necessidade de reforço da rubrica das senhas de presença por se ter registado um aumento do seu valor em dois mil e vinte e um e também por se realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal que não estava prevista no orçamento. Esta proposta foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

9º. Ponto - Proposta de Adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que esta proposta foi apresentada pelos serviços na sequência da análise à Carta das Cidades Educadoras e atendendo às políticas educativas desenvolvidas pelo Município considerando que se enquadravam nos princípios da referida carta, pelo que se propõe esta adesão, sendo que as quotas serão de duzentos e vinte euros anuais. -----

De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes, o qual afirmou que no país já integram esta Associação cerca de oitenta e oito cidades e no nosso distrito são três cidades. Saliu ainda que a Associação já existe desde mil novecentos e noventa e quatro procurando dar resposta no ensino para questões como a família, a relação cidade/campo, a cultura juvenil, o exercício ativo das liberdades democráticas, tendo como finalidade a construção de uma comunidade livre e de pensamento crítico. -----

Sobre o documento, o eleito Senhor Guilherme Franco solicitou esclarecimento sobre as vantagens desta adesão e se será um trabalho para realizar em conjunto com as escolas e envolvendo também a comunidade. -----

Pediu para usar da palavra o eleito Senhor Joel Pedreirinho referindo que os eleitos pelo PSD votarão a favor desta proposta de adesão, até porque era uma proposta que integrava o Programa Eleitoral da Coligação Juntos Para Fazer Diferente. Consideram que será positiva em termos de desenvolvimento com os restantes municípios aderentes, a partilha de políticas educativas e o intercâmbio de estudantes para troca de conhecimentos. -----

Usou também da palavra o eleito Senhor Luis Machado referindo que a proposta constava do Programa Eleitoral e que também partilha da opinião que o intercâmbio de ideias e atividades com os outros municípios, quer nacionais quer internacionais só irá enriquecer a oferta educativa. -----

Solicitou de novo o uso da palavra o eleito Senhor Guilherme dizendo que é necessário que se perceba como é gasto o dinheiro do Município. Para além disso referiu que trabalha há doze anos numa cidade educadora (Almada) e numa escola e ainda não percebeu o que se fez com esta adesão, naquele concelho. -----

Retomou o uso da palavra o Senhor Vereador Henrique Lopes dizendo que concorda com os contributos dos eleitos Luis Machado e Joel Pedreirinho quando referem que será muito importante a partilha de ideias a nível nacional e mesmo internacional, em articulação com as escolas e que transcende até a nível geracional desde os mais novos aos mais velhos. Cabe agora ao Município dinamizar esta rede de partilhas nas diversas vertentes. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

10º. Ponto – Proposta de isenção de taxas (2022) no âmbito da Pandemia da doença Covid-19 -----

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara afirmou que tendo em conta o impacto negativo desta pandemia na atividade comercial apresenta-se um apoio ao tecido empresarial local para que entre um de janeiro e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, sejam isentas as taxas constantes no capítulo 4 – Publicidade e no capítulo 5 – Ocupação do domínio público, da tabela geral de taxas

em vigor, a todos os estabelecimentos comerciais, serviços e industriais, exceto bancos, seguradoras, grandes superfícies e empresas de publicidade exterior. É semelhante a outras propostas já apresentadas no último ano. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto - Protocolo Local 2021 – Proposta de Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras no âmbito do Mor Natal – Sorteio de Natal -----

Quanto a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata do Protocolo semelhante a outros anteriores, com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras no âmbito de mais uma edição do Mor Natal em que a Câmara irá assumir o valor correspondente aos prémios e a Junta de Freguesia assumirá o restante valor. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para dizer que este é um Protocolo idêntico aos anteriores e que se verificou, por questões de ordem contabilística, que será mais fácil a União de Freguesias proceder ao pagamento dos prémios. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

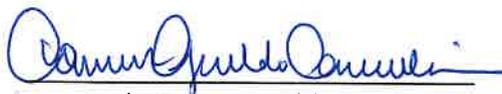
Ainda no uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os eleitos, considerando que foi um verdadeiro exercício de serviço público aos montemorenses porque verificou a presença de muitos munícipes a assistir à sessão *online*. Desejou a todos Boas Festas e um Bom Ano Novo, sempre com a esperança num futuro melhor. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

*Amue*

A Assistente Técnica

*Helena Rodrigues*

Helena Bazilisa Rodrigues